

Juventude, formação, cultura e política: a experiência do curso de Residência Agrária jovem em Santa Catarina

Fabiana Fátima Cherobin¹, Edilaine Aparecida Vieira², Vagner Luiz Kominkiewicz³

^{1,3} Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima. Rua Desembargador Vitor Lima, Trindade. Florianópolis - SC. Brasil. ² Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Autor para correspondência/Author for correspondence: fcherobin@gmail.com

RESUMO. O artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência do curso Residência Agrária Jovem realizado em Santa Catarina. Tem como objetivo geral compreender a importância da formação e da escolarização da juventude ligada ao MST. A partir do estudo e análise da participação da juventude na organização e nas lutas da classe trabalhadora, tendo como referência pesquisas que abordam esta temática, evidenciou-se que ainda são poucos os estudos e pesquisas que abordam os jovens do campo vinculados ao MST e que a juventude, assim como os demais trabalhadores do campo tem vivenciado um longo processo de exclusão, que se refletem, principalmente, na ausência do acesso à educação, saúde, cultura. Preocupados com a formação dos jovens, o MST tem buscado viabilizar por meio de parcerias a realização de atividades educativas e de formação para a juventude dos assentamentos e acampamentos. O curso Residência Jovem possibilitou aos jovens momentos de formação política, cultural e artística, vivência na universidade, troca de experiências, perceber e vivenciar as contradições e limites da vida nos assentamentos e acampamentos do MST, assim como possibilitou a constituição de coletivos de juventude e o fortalecimento da identidade Sem Terra.

Palavras-chave: Juventude, MST, Formação Política e Cultural.

Youth, formation, culture and politics: the experience of the young agrarian residence course in Santa Catarina

ABSTRACT. The article presents a reflection about the experience of the Young Agrarian Residence course held in Santa Catarina. Its general objective is to understand the importance of training and schooling the youth linked to the MST. Based on the study and analysis of youth participation in the organization and struggles of the working class, with reference to research that addresses this theme, it has been shown that there are still few studies and research that address the youth of the field linked to the MST and that youth, as well as other rural workers, have experienced a long process of exclusion, which is reflected mainly in the absence of access to education, health and culture. Concerned with the training of young people, the MST has sought to make it possible through partnerships to carry out educational and training activities for the youth of the settlements and camps. The Youth Residency course provided young people with moments of political, cultural and artistic training, living in the university, exchanging experiences, understanding and experiencing the contradictions and limits of life in the MST settlements and camps, as well as making it possible to form youth and the strengthening of the Landless identity.

Keywords: Youth, MST, Political and Cultural Formation.

Juventud, formación, cultura y política: la experiencia del curso de residencia agraria joven en Santa Catarina

RESUMEN. El artículo presenta una reflexión sobre la experiencia del curso Residencia Agraria Joven realizado en Santa Catarina. Tiene como objetivo general comprender la importancia de la formación y la escolarización de la juventud ligada al MST. A partir del estudio y análisis de la participación de la juventud en la organización y en las luchas de la clase trabajadora. Teniendo como referencia investigaciones que abordan esta temática, se evidenció que todavía son pocos los estudios e investigaciones que trabajan el tema de los jóvenes del campo vinculados al MST y que la juventud, así como los demás trabajadores del campo, han vivido un largo proceso de exclusión, que se reflejan principalmente en la ausencia del acceso a la educación, la salud, la cultura. Preocupados por la formación de los jóvenes, el MST ha buscado viabilizar por medio de alianzas con universidades públicas la realización de actividades educativas y de formación para la juventud de los asentamientos y campamentos. El curso Residencia Joven posibilitó a los jóvenes momentos de formación política, cultural y artística, vivencia en la universidad, intercambio de experiencias, percibir y vivenciar las contradicciones y límites de la vida en los asentamientos y campamentos del MST, así como posibilitó la constitución de colectivos de juventud y el fortalecimiento de la identidad Sin Tierra.

Palabras clave: Juventud, MST, Formación Política y Cultural.

Introdução

Embora tenha aumentado a quantidade de estudos e pesquisas sobre a juventude nos últimos anos devido às mudanças do mundo do trabalho e a ampliação de cursos para os trabalhadores do campo, os quais tem influenciado o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre os jovens, Martins (2009), enfatiza que a maioria dos estudos sobre a juventude, estão focados na compreensão dos jovens urbanos, seus problemas e contradições decorrentes do mundo urbanizado, sendo reduzido as pesquisas e estudos que buscam compreender e analisar os jovens do campo, suas contradições, características e sonhos. Elementos que demonstram a importância de estudos e análises sobre a juventude do campo.

A migração dos jovens do campo para a cidade tem merecido destaque importante entre pesquisadores da área. Segundo Martins (2009), a maioria dos jovens do campo tem migrado para as cidades em busca de melhores condições de vida para si e, suas famílias, o que tem provocado um envelhecimento da população rural.

Castro (2012, p. 20), ao referir-se a questão da migração da juventude do campo para a cidade, considera que a saída e ou permanência deste jovem “envolve

múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados”. Existe uma forte tendência em relacionar a saída do jovem do campo à falta de interesse em permanecer na terra; porém, para Castro, a “imagem do jovem como desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais”.

De acordo com Janata (2012, p. 119) a saída do jovem tem relação com a busca pela independência financeira. Para a autora, este processo tem ocorrido com mais frequência “após o término do ensino médio”, quando os jovens buscam oportunidades de trabalho/emprego, pois a produção agrícola do lote não permite a sobrevivência de toda a família, segundo a autora “continuar na casa de suas famílias de origem ainda quando adultos, portanto, não se ratificou como um horizonte tão comum aos mesmos” (Janata, 2012). Sem perder de vista as contradições vivenciadas pelos jovens do campo Martins (2009), aponta que o acesso à educação tem se constituído como um aspecto importante para a permanência da juventude no campo, assim como a participação dos jovens nas definições familiares.

Compreender os jovens como sujeitos sociais, com características

específicas dadas pelas condições objetivas de seu tempo de vida, capazes de assumir responsabilidades e desafios nos parecem elementos de motivação para que os jovens do campo independentemente de suas escolhas futuras, busquem alternativas de reprodução de sua existência. Partindo desta compreensão os jovens, devem ser compreendidos como sujeitos, aspecto que independe de sua idade, ou ciclo de vida. Neste sentido, concordamos com Janata (2012, p. 112), quando esta afirma que o conceito de juventude além de estar vinculado diretamente a um período, ou faixa etária da vida, deve ser considerado “uma categoria geracional que encerra na classe suas questões fundamentais”.

Segundo D’Agostini e Titton (2018), na atualidade muitos estudos sobre a juventude, tem provocado uma alteração na terminologia juventude para juventudes, no plural, a qual segundo os autores “fragmentam e individualizam os grupos de tal forma que obnubilam a totalidade e as relações de fundo existentes”. Para os autores, a juventude deve ser compreendida como

uma condição/ciclo da vida vivida por todos e as questões estruturais desta condição são base para todos, a saber, a produção da existência na sociedade capitalista. As diferenças fundamentais estão entre as classes sociais, e contam com complexas relações com questões como as opressões, a desigualdade social, o

racismo, a discriminação de gênero etc, e, portanto, ao tratar a juventude no seu devido contexto, e não de forma idealista e abstrata, a pluralidade está contemplada. (D’agostini & Titton, 2018, p. 60).

Considerar o lugar social ocupado pelos jovens e as condições objetivas de existência são ao nosso entendimento elementos importantes, os quais determinam os limites e as possibilidades da participação dos jovens, bem como as relações que estes sujeitos estabelecem com o trabalho, com seus pares, com a escola, com suas lutas e com a sociedade. No sistema capitalista, os jovens da classe trabalhadora têm como grande desafio a garantia da própria sobrevivência, que ocorre na tensão da busca por conquistas imediatas, desejos e necessidades do momento e depois por um possível projeto para o futuro, do que cada um virá a ser.

Os estudos sobre a sociologia da juventude, que seguem uma concepção dialética recuperam o caráter social e histórico da juventude moderna e contemporânea, enquanto grupos etários homogêneos, institucionalizados ou informais. De maneira geral indica a necessidade de realizar análises tendo como referência os aspectos sociais e históricos da juventude em relação direta com outras categorias sociais, como classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural,

momento histórico, grau de “desenvolvimento” econômico etc, ou seja, para analisar a juventude “concretas, é preciso fazer o cruzamento da Juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos”. (Groppo, 2004). Para Groppo (2004, p. 11), “a juventude é uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos ‘estruturantes’ das redes de sociabilidade”.

Categorizar os tempos de vida das pessoas é uma demanda do Estado e das instituições internacionais, no sentido de direcionar suas políticas e ações, fazer um recorte de idade para cada fase ou ciclo obedece um sentido operacional. A fixação de um limite mínimo de 15 anos e máximo 29 anos, instituído por organismos internacionais, com destaque a Organização Mundial da Saúde (OMS), procura homogeneizar o conceito de juventude, considerando a questão da entrada no mercado de trabalho e o término da escolarização.

No Brasil, a definição da faixa etária da juventude segue as orientações das instituições internacionais, está posta no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o qual define a adolescência

como o período dos 12 aos 18 anos de idade, momento compreendido como aquele em que os jovens começam a se inserir nos processos produtivos por meio da “Lei do Aprendiz” (Brasil, 2000), a qual determina a proibição de qualquer trabalho para menores de 16 anos, com exceção da condição de aprendiz que segundo a Lei Nº 11.180 de 2005 o “contrato de aprendizagem”, abrange dos 14 aos 24 anos (Brasil, 2005a). Hoje os limites de idade para configuração da juventude, utilizado pelo poder público e por organismos internacionais é de 15 a 29 anos (Brasil, 2005a). Castro (2012, p. 438) alerta no sentido de “observar os limites destas definições e questionar a naturalização da associação entre juventude e uma faixa etária específica”, pois os jovens são vistos em muitos casos como sujeitos capazes de transformar a sociedade e isso faz com que eles sejam objetos de disputa, de acordo com o modelo de sociedade na qual estão inseridos. Portanto, ser jovem em determinada realidade implica reconhecer as relações sociais da sociedade capitalista,

ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou uma cultura, ao usar a palavra jovem para definir algum ou para se auto definir, estamos também acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes

sociais, relações familiares e relações de poder (Dayrell, 2007, p. 109).

Para D'Agostini e Titton (2018), a “mudança conceitual da faixa etária” da juventude é “social e contextualizada” e se relaciona com o desenvolvimento social das sociedades e demonstra a dependência econômica, de emprego e de moradia que a juventude possui na atualidade. Para os autores isso não significa que os jovens não trabalham, mas que muitas das funções desempenhadas pelos jovens não são remuneradas e na maioria das vezes não são considerados como trabalho, nem pelos jovens e tampouco por suas famílias, assumindo caráter de “ajuda” já que as atividades desenvolvidas não são remuneradas e estão vinculadas a atividades familiares.

Nesta mesma direção Abramo (2005, p. 45), menciona que na atualidade a grande maioria dos jovens urbanos possuem uma “relação de dependência/independência da família de origem”. Ou seja, os jovens passam para a fase adulta sem se tornarem independentes, pois as condições objetivas da sociedade não permitem. Já os jovens do campo, segundo pesquisa realizada por Janata (2012, p. 117), demonstra “que quase metade dos jovens solteiros, portanto os mais novos, já havia se tornado independente da família, ao menos

economicamente”. Foracchi (1972) ao analisar a juventude e sua inserção no mundo do trabalho, menciona que a crise que os jovens veem enfrentando é uma crise da sociedade e nesta relação os jovens são afetados por estarem na busca por postos de trabalho.

Compreendendo a juventude como protagonista de seu tempo histórico, os jovens têm se constituído como agentes de importantes lutas sociais. No Brasil as lutas mais recentes empreendidas pelos jovens foram as ocupações das escolas realizadas no ano de 2013 em vários Estados do país, as quais demonstraram o poder e a importância que os jovens organizados possuem. Este engajamento e participação da juventude nas questões políticas organizativas da sociedade está diretamente ligado, segundo Abramo (2005, p. 22), ao acesso a escolarização e as informações decorrentes dos meios de comunicação que a juventude tem tido, mas principalmente porque os jovens tem sido fortemente atingidos pelos processos de modernização e expansão das desigualdades sociais, já que estão no processo de inserção no mercado de trabalho. Embora haja esta compreensão sobre a importância e o papel desempenhado pelos jovens, o autor destaca que os jovens da classe trabalhadora e do campo não são vistos

como protagonistas, mas sim como “marginalizados” e em muitos casos excluídos de sua condição juvenil (Abramo, 2005).

Para Martins (2009), a juventude do campo embora tenha sido excluída por muitos anos do acesso à educação escolarizada, têm participado ativamente na organização de muitos movimentos sociais, com destaque para a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para o autor a maioria da juventude que passou a organizar o MST, eram jovens ligados à Igreja Católica. Os primeiros acampamentos organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) tiveram a participação ativa dos jovens, os quais passaram a discutir a organização do movimento desvinculado da igreja católica e a constituição de um movimento autônomo e independentemente de partidos políticos e da religião, elemento fundamental na consolidação do MST (Morissawa, 2001).

Considerando o protagonismo que os jovens do campo possuíam na configuração e organização do MST na década de 1980-1990 e, tendo como referência o programa de formação desenvolvido pelo Projeto Residência Agrária Jovem, “Formação de agentes culturais da juventude camponesa”, realizado via Programa Nacional de

Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes (UDESC/CEART), MST e Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA), buscaremos compreender a importância da formação e da escolarização da juventude ligada ao MST, como elemento importante na configuração das lutas sociais realizadas por este movimento no contexto atual.

O texto está organizado em três partes: a primeira analisa a importância que a juventude tem tido nas lutas e mobilizações em especial para o MST. A segunda versa sobre a organização do curso, os estudantes e o método de formação realizadas no Projeto Residência Agrária Jovem, “Formação de agentes culturais da juventude camponesa”. E a terceira, discute os limites e as possibilidades do curso para a formação dos jovens.

Metodologia

Para a realização desta análise, utilizamos como procedimentos metodológicos o estudo bibliográfico, documental e a inserção dos pesquisadores durante a execução do projeto “Formação de agentes culturais da juventude camponesa”. No estudo bibliográfico, buscamos compreender melhor as

reflexões e análises que vem sendo realizadas por pesquisadores que discutem esta temática. Na análise documental reunimos materiais relativos às discussões sobre o projeto e a formação dos jovens, tais como; relatórios emitidos pelo MST e materiais produzidos pela universidade. A participação dos pesquisadores se deu em momentos distintos de formação, por meio da assessoria de atividades, do acompanhamento político pedagógico do curso, coordenação política, pela observação e pela inserção que os mesmos possuem nos espaços onde os jovens estão inseridos.

A participação da juventude nas lutas e mobilizações do MST

Segundo Martins (2009), a juventude tem participado ativamente nas mobilizações realizadas no Brasil desde a década de 1950, vinculada a um grupo progressista da Igreja Católica, contrário ao regime político, social e econômico no Brasil, teve participação ativa nas lutas realizadas durante a Ditadura Militar e na constituição de movimentos sociais do campo e da cidade, com destaque para a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual teve papel fundamental das lutas travadas pela juventude durante a Ditadura Civil Militar no Brasil. Do ponto de vista das lutas realizadas no campo, a

discussão central naquele período girou em torno da luta pela implementação da Reforma Agrária. Como demanda desta bandeira de luta os jovens trabalhadores do campo organizados em sindicatos de trabalhadores rurais e no Partido Comunista Brasileiro, fundaram dentre várias organizações em 1945 as Ligas Camponesas, um movimento de contestação a exploração vivida pelos trabalhadores do campo e em defesa da Reforma Agrária.

As Ligas Camponesas foram duramente reprimidas durante a Ditadura Civil Militar, porém sua luta e forma de organização influenciaram, na década de 1980, o surgimento do MST, o qual se constituiu inicialmente vinculado a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a qual era vinculada a Igreja Católica. A característica inicial da luta empreendida pela CPT, era que os trabalhadores do campo tivessem acesso à terra (Martins, 2009). Dados as proporções que esta bandeira de luta tomou em 1984 durante um encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST foi criado (Morissawa, 2001).

Como mencionado anteriormente, a juventude foi fundamental na constituição e organização do MST. Por terem tido uma formação que criticava o modelo de desenvolvimento do Brasil e por não terem

muitas perspectivas de trabalho, os jovens que estavam organizados em grupos de jovens ligados a CPT foram inserindo-se gradativamente nas lutas sociais em torno da terra.

Inicialmente, a CPT começou a desenvolver-se mais no Norte e Centro-Oeste do país, em virtude da grande onda de violência que atingia os posseiros dessas regiões. Logo foi estendendo-se por todas as outras regiões brasileiras e contribuindo, através do trabalho de base, especialmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)ⁱ, na organização dos trabalhadores rurais atingidos pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Foi assim que, contando com a motivação e o apoio da CPT, trabalhadores rurais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo iniciaram, simultaneamente, várias lutas em seus estados para continuar no campo e na atividade agrícola. Essas lutas assinalam o início do desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como movimento de luta pela reforma agrária no Brasil. (Martins, 2009, p. 110).

Os jovens que se inseriram no MST naquele primeiro momento, vivenciaram com mais força a influência das ideias difundidas pela Teologia da Libertação, além de viverem a repressão da Ditadura Civil Militar. No MST, os jovens aprenderam com o processo de luta e organização os caminhos para a construção e a consolidação do movimento em vários Estados do Brasil. A formação política

neste processo se constitui como elemento fundamental de compreensão da sociedade, assim como, uma necessidade de identificar as contradições e limites nos acampamentos, buscando alternativas de superação. A formação e capacitação de seus militantes e de sua base social sempre esteve presente no MST, os encontros de formação eram realizados com toda sua base, incluindo homens, mulheres, jovens, adultos, idosos e as crianças, de modo a possibilitar que todos possam envolver-se nas diversas tarefas do Movimento.

Neste processo a formação e o acesso à escolarização dos jovens e das crianças se constitui ao longo dos anos como uma demanda que precisava ser superada. Em 1984, quando da organização dos primeiros acampamentos, teve início um longo percurso de luta pela garantia do acesso à educação escolarizada. Inicialmente estava focada nas crianças sendo ampliada para a juventude e adultos (MST, 2005). Na atualidade além do acesso à educação escolarizada para as crianças e jovens da educação básica, o MST vem estreitando sua relação com as universidades e organizando cursos de graduação, especialização e mestrado, como demanda de acesso ao conhecimento e formação. Além da garantia do acesso à educação escolarizada, o MST, desde sua constituição, organizou momentos de

formação política em escolas, acampamentos, assentamentos, encontros de militância, nos cursos de graduação e pós-graduação, entendendo que a formação política é elemento fundamental na elevação da consciência (MST, 2005). Na atualidade o desafio de “formar lutadores e sujeitos políticos em um período de descenso das lutas de massa e de despolitização da vida social” (MST, 2017) constitui uma demanda emergente, que ocupa preocupação nas escolas no MST, nos espaços de formação, ou seja, no interior da própria organização social. Neste sentido a formação e a escolarização dos jovens se constituem como elemento fundamental na elevação da consciências e na capacidade de compreensão da sociedade de maneira crítica, aspectos que precisam ser estimulados na juventude.

Capacidade de entender profundamente a realidade, relacionando a teoria e a prática. Identificar-se como camponês e como Sem Terra, valorizar o campo como espaço de produção da vida e trabalhar pela superação da antinomia campo-cidade. Desenvolver uma postura crítica (organizar a rebeldia) e criativa (tomar posição, demonstrar pensamento autônomo, ser protagonista). Ter consciência dos direitos. Desenvolver uma visão de mundo na perspectiva da classe trabalhadora. Compreender os processos de produção da existência social. Construir sensibilidades e habilidades específicas relativas ao mundo da cultura, da arte, dos esportes ... Construir sensibilidades e

habilidades específicas relativas ao mundo do trabalho. Realizar uma ação/atuação política: militância na organização. – Este é um dos traços reforçados no perfil esperado para os estudantes dos cursos específicos do MST. (MST, 2006, p. 153).

Ao discutir a juventude e sua participação na luta pela terra, a temática da educação e da formação se faz presente, seja por meio dos cursos de nível médio regular, ou em cursos profissionalizantes-integrados, organizados pelo próprio Movimento em parceria com outras instituições de ensino. Segundo Janata (2012, p. 26), a organização destes cursos “têm viabilizado a continuidade dos estudos de muitos jovens, assentados ou acampados, a partir de um projeto de formação humana que visa superar as relações do modo de produção capitalista”.

A preocupação com acesso a escolarização o MST vem desde 1998, quando da instituição do PRONERA, organizando cursos de nível médio, graduação, especialização e de capacitação como forma de garantir a escolaridade e a formação de sua base social, principalmente da juventude, a qual foi durante anos excluída do acesso à escola, já que cursar um curso de nível médio para a maioria dos jovens assentados era um sonho, pois a maioria dos assentamentos que possuíam escola ofertavam apenas o ensino fundamental.

Na atualidade além da conquista de vários cursos formais e informais por meio do PRONERA o MST tem garantido desde 2002, quando instituída a Política de Educação do Campo a criação e organização de escolas de nível médio em áreas de Reforma Agrária. Em Santa Catarina, além de cinco escolas que possuem os cursos de nível médio, em 2015 foi criado em área de assentamento o primeiro campus do Instituto Federal Catarinense (IFC), localizado no Assentamento José Maria em Abelardo Luz Santa Catarina (SC), ofertando cursos de nível médio direcionado para a juventude de assentamentos e acampamentos. Além dos cursos formais já mencionados, o MST em SC, tem buscado junto às universidades o desenvolvimento de projetos de formação focados no desenvolvimento dos jovens de maneira integral, ou seja, político, cultural e social. Tendo como objetivo o desenvolvimento integral dos jovens o MST, em parceria com a UDESC e o INCRA, passaram a desenvolver o Projeto Residência Agrária Jovem, cujo foco foi a “Formação de agentes culturais da juventude camponesa”, viabilizado por meio PRONERA durante dois anos (2015 e 2017), a formação realizada buscou unir o estudo teórico vinculado à prática de militante, ações de trabalho de base e de

lutas práticas, como componentes de estudo e análise.

A organização do Curso, o método de formação e os estudantes

O curso de Residência Jovem também denominado de “projeto de formação de agentes culturais da juventude camponesa”, foi realizado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em parceria com o MST e o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA), viabilizado por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Surgiu como demanda do MST, visto a necessidade de formação política, cultural e artística dos jovens que vivem nos assentamento e acampamento do MST em SC. Teve como objetivo central a formação de agentes culturais para fomentar, “articular e produzir atividades de comunicação, cultura e arte” nos assentamentos da Reforma Agrária (UDESC, 2016). O Curso possuiu uma Coordenação Política Pedagógica (CPP), composta por professores da UDESC e militantes do MST, os quais eram responsáveis pelo planejamento, organização e desenvolvimento das atividades do projeto. Os jovens que realizaram o curso possuíam entre 15 e 29 anos, estavam cursando ou já cursaram o

ensino médio, todos residentes em assentamentos/acampamentos da Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina, além de demonstrarem interesse pela formação e discussão de arte, cultura, política e pela compreensão da sociedade. A maioria dos participantes cursava o ensino médio e carregavam sonhos, expectativas e muita energia para o estudo e para a luta. O curso teve início em 2015 e foi organizado em onze (11) módulos/etapas. Destas, três (3) realizadas nas estruturas físicas da UDESC, com a participação de todos os estudantes e oito (8) etapas realizadas em seis (6) assentamentos, nestes, os estudantes foram divididos e agrupados por regiões próximas (Dos Santos, et al., 2017).

Tendo por base a alternância como método de organização e estudo, foi organizado em Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), durante dois anos, os estudantes vivenciaram a alternância entre o estudo realizado na Universidade, nos centros de formação do MST e as atividades práticas, realizadas nos assentamento/acampamentos e/ou nas comunidades e, entre os grupos de jovens nas regiões. As contradições e vivências constituíram aspectos importante da aprendizagem e na formação dos jovens que participaram do projeto. Segundo Nogueira (2016, s/p), coordenadora do

Curso e professora da universidade, o curso “pretende muni-los com competências que possibilitem a produção de sua própria cultura, o fortalecimento da cidadania da população assentada e a manutenção da juventude no campo”.

A primeira etapa foi realizada na sede da UDESC em Florianópolis e contou com 50 jovens oriundos de todas as regiões do Estado de SC. Os estudantes eram organizados em Núcleos de Base (NB), os quais eram responsáveis pela realização dos tempos educativos que variavam dependendo do local da realização das etapas, se eram encontros coletivos ou regionais. De maneira geral, os tempos educativos eram Tempo Mística, Tempo Aula, Tempo Leitura, Tempo Estudo, Tempo Núcleo de Base, Tempo Atividades Culturais e Tempo Trabalho. Esses tempos educativos estavam ligados às necessidades e demandas dos estudantes que se deslocavam de suas regiões e permaneciam em alojamentos organizados pela coordenação do Curso, que variava entre cinco e quinze dias, a depender no período escolar, já que boa parte dos jovens eram estudantes do ensino médio. Para a maioria dos estudantes foi o primeiro contato com a universidade, aspecto novo e motivador, já que para a maioria destes jovens a universidade era algo distante de sua realidade.

Além dos NB, os jovens foram agrupados por regiões, nesses grupos ocorreram momentos de formação realizados em seis assentamentos distintos, sendo eles: Assentamento Pátria Livre, município de Correia Pinto; Assentamento José Maria, município de Abelardo Luz; Assentamento 13 de outubro, município de Matos Costas; Assentamento 25 de julho, município de Catanduvás; Assentamento Conquista na Fronteira, município de Dionísio Cerqueira e Assentamento Butiá, município de Rio Negrinho. Esses assentamentos além de serem em regiões diferentes geograficamente, possuíam centros de formaçãoⁱⁱ, ou telecentrosⁱⁱⁱ, os encontros de formação aconteciam nos finais de semana e durante as férias escolares. A Coordenação Política Pedagógica do Curso (CPP), composta por militantes do MST, estudantes de graduação da UDESC e a coordenação do curso pela universidade, era responsável pela organização e acompanhamento das atividades do TE e do TC. No TE os encontros de formação eram realizados por uma equipe de professores e técnicos da UDESC; militantes do MST e pesquisadores de universidades. As etapas de formações aconteciam de forma “concomitante e integrada”, a mesma equipe trabalhou nos seis assentamentos, a troca de experiência entre os professores^{iv}

que trabalharam foi um momento de aproximação da realidade e de formação. As etapas de formação realizadas no Tempo Escola (TE) tinha como temas centrais: a Formação de Agentes Culturais da Juventude Camponesa, além do tema central, em cada etapa/módulo eram trabalhadas outras temáticas, as quais estavam focadas nos aspectos culturais, políticos e formativos tais como: educação do campo e educação do MST; história da luta pela terra; questão agrária e a reforma agrária popular; como funciona a sociedade; teatro; música; agitação e propaganda; Culturas populares, cultura de massa e indústria cultural; Produção artístico-cultural; Projetos culturais, incentivos, leis e direitos; Tecnologias digitais: comunicação, propaganda e documentação (UDESC, 2016).

No Tempo Comunidade (TC), os jovens além das atividades educativas no curso de nível médio, foram desafiados a desenvolver projetos culturais em suas comunidades e assentamentos/acampamentos. Em contato com a realidade a maioria dos jovens passou gradativamente a participar de outros processos de formação realizados pelo MST, e se inseriram nas instâncias do Movimento (Dos Santos, et al., 2017). Dentre os projetos realizados nos assentamentos/acampamentos e/ou

comunidades destacam-se: a organização de grupos de teatro; oficinas de música; muralismo; curso para locução em rádio, entre outras. Embora as atividades tenham um caráter prático, algumas delas se mantêm na atualidade, como é o caso do grupo de teatro que embora reorganizado e com dificuldades tem se mantido (Kominkiewicz, 2017, mimeografado).

No final do curso os jovens foram motivados e orientados a produzir um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), relatório individual no qual sistematizavam as atividades desenvolvidas, apontavam as contradições, os limites, as possibilidades, desafios e aprendizagem vivenciados nas famílias e na organização. Aspectos que estimulavam a escrita, a elaboração textual, a observação e análise da realidade.

Apesar de o Governo Federal ter cortado os recursos financeiros, com bastantes dificuldades o curso foi concluído em 2017, em um encontro com a participação dos jovens que permaneciam envolvidos no projeto “agentes culturais”, ao todo concluíram o curso aproximadamente 40 jovens, deste, muitos estavam também concluindo o ensino médio e almejavam um curso de graduação como horizonte a ser seguido.

A formação dos jovens do campo ligados ao MST: limites e possibilidades do curso Residência Jovens

O projeto teve como orientação formar agentes culturais para fomentar, articular e produzir atividades de comunicação, cultura e arte, com vista à manutenção da juventude no campo. (Nogueira, et al. 2015, Mimeografado).

Tendo como horizonte esses aspectos, as atividades de formação estiveram focadas no fortalecimento da identidade Sem Terra; nas discussões sobre a apropriação dos meios de produção artísticos com ênfase para a agitação e propaganda, vinculada a estratégia de luta do MST; no intercâmbio e troca de experiência com jovens urbanos, problematizando as relações de trabalho, a formação da consciência política e organizativa; estudo de autores clássicos voltados à teoria do mundo do trabalho; estudo sobre o papel da juventude na história e no contexto do mundo do trabalho, identificando as principais contradições vividas na luta realizada pelo MST.

Estas temáticas orientaram as atividades de estudo realizadas por meio de aulas, palestras, seminários, estudos individualizados e em grupos. As sistematizações e as problematizações da teoria relacionada à prática da luta dos trabalhadores foram aspectos presentes no decorrer dos dois anos. Paralelo a estas discussões foram organizados momentos

de análises da conjuntura nacional e internacional, as quais foram base de intervenções de agitação e propaganda e apresentações teatrais desenvolvidas em encontros do MST, em atividades nos assentamentos/acampamentos, na universidade, entre outros.

O projeto proporcionou um grande avanço no processo de formação e capacitação nas áreas da arte e da cultura dos jovens envolvidos com a Reforma Agrária. A realização do projeto munuiu os jovens com competências e conhecimentos que possibilitem a produção de sua própria cultura, o fortalecimento da cultura e da produção das famílias assentadas e a manutenção da juventude no campo. (Dos Santos, et al., 2017, p. 17).

A construção do curso ocorreu em diálogo entre universidade, por meio dos coordenadores, professores, estagiários ligados a UDESC, e o movimento social. Desta forma as discussões foram na maioria das vezes ao encontro das demandas da própria organização, em particular em direção à formação de jovens capazes de intervir na realidade dos assentamentos e acampamentos e contribuir mais precisamente com atividades envolvendo comunicação, cultura e arte.

A positividade do trabalho pode ser percebida em vários aspectos, entre eles destaca-se a questão da formação em si. Lembra-se que para o MST há desafios

importantes e específicos no sentido da formação da juventude que precisam ser enfrentados, pois constituem alicerces para continuidade da luta. “Os jovens precisam ser provocados a discutir a situação dos assentamentos, a partir dessa nova chave de leitura que é a Reforma Agrária Popular.” (MST, 2017, p. 163).

Assim os debates construídos durante o período de formação abordaram esta questão, que é na verdade estratégica para a organização e estão relacionadas as possibilidades de permanecer na terra, entre as várias discussões circularam o protagonismo juvenil e a construção de produção alternativa frente ao modelo do agronegócio presente nos assentamentos.

As questões teóricas atreladas às observações realizadas pelos jovens na sua vivência diária e aquelas orientadas a serem desenvolvidas em tempo comunidade, possibilitaram a percepção de contradições, os limites, mas também as possibilidades presentes na vida social dos acampamentos e assentamentos. A intervenção dos jovens como agentes culturais demandava, segundo entendimento da coordenação, mais do que uma leitura aparente e superficial da realidade, era preciso se aproximar o máximo possível, compreende-la em suas determinações históricas, sociais, políticas e econômicas. Sem essa leitura totalizante

da realidade, as chances de ter uma intervenção significativa era mínima, pois a intervenção enquanto agentes culturais, militantes do movimento social, objetivava mais do que simplesmente intervir com uma ação voltada a arte e a cultura, como atitude empreendedora que leva cultura aos excluídos. Pelo contrário, no cerne da questão estava a negação dessa contraditória possibilidade de formação de jovens empreendedores, mas a formação de jovens conscientes da necessidade de elevar a consciência para transformar o real.

A possibilidade de inserção dos jovens no espaço da universidade e a relação estabelecida com professores, pesquisadores e o conhecimento que circula neste meio, permitiram aos jovens alimentar a perspectiva de permanecer neste espaço rumo a continuidade dos estudos. Reconhece-se que inúmeras outras questões estão em jogo quando tratamos do acesso e permanência do trabalhador no ensino superior, mas sem dúvida esta aproximação por meio do curso, faz estreitar caminhos, tanto que vários deles hoje estão inseridos em diferentes cursos em universidades públicas.

A premissa defendida pelo MST, no sentido de unificação das lutas, da aliança com trabalhadores da cidade, foi experimentada durante este período, o

desafio em articular luta e atividade entre jovens do campo e da cidade foi uma propositiva do curso, e sua prática foi vivenciada pelos jovens. Discussões a partir da conjuntura política e a troca de experiência em especial no campo da arte, cultura e comunicação foi uma fértil experiência, que rendeu discussões importantes e relações posteriores.

A formação de agentes culturais foi uma dimensão almejada durante o processo, os conteúdos, vários componentes seguiram esta direção. Durante o curso foi explorado as diferentes linguagens artísticas, que puderam ser experimentados e explorados pelos jovens. Para alguns jovens a formação veio a qualificar o que já estava em desenvolvimento nos assentamentos, a exemplo de um grupo de teatro e de agitação e propaganda. Após este processo os jovens foram orientados a construir trabalhos com as escolas, grupos de jovens, telecentros, envolvendo os elementos acessados durante a formação, sendo que a experiência individual de cada um dos cursistas foi importante. Na atualidade a defesa da organização segue no sentido que relatado no TCC.

Na formação da juventude trata-se de uma dimensão fundamental: aprender a ser protagonista pela efetiva participação em práticas sociais que exijam esse protagonismo. Não se aprende a tomar decisões sem ter que

toma-las, muitas vezes, e sem assumir a prática e os resultados das decisões tomadas. (MST, 2017, p. 165).

Para além do conteúdo que circulava durante todas as etapas, ainda como positividade do curso destaca-se que o próprio processo organizativo, que provocou o protagonismo dos jovens e também amadurecimento. Organizar os encontros, auxiliar na logística (alimentação, alojamento, noite cultural, etc.), sem dúvida exigiu responsabilidade, compromisso, militância. A necessidade de resolver problemas diários, imprevistos, conflitos, foram desafios constantes enfrentados por eles e podem ser considerados acúmulos positivos para os jovens que vivenciaram o curso. Neste aspecto, considera-se que embora as dificuldades financeiras tenham afetado a experiência, vários destes jovens resistiram com firmeza e mantiveram-se construindo o curso até o final.

Dentre os limites destaca-se o corte do financiamento ao projeto. Este fato influenciou negativamente na conclusão das atividades propostas, alterando significativamente as ações desenvolvidas nos assentamentos pelos jovens. Por outro lado, podemos considerar que os limites relacionados a autonomia financeira, ou a dependência dos recursos do Estado, serviu para mostrar que a organização dos

trabalhadores possibilita superar a dependência, mesmo que tenha, a princípio, maiores dificuldades, condiciona a um processo de construção de autonomia necessária a luta dos trabalhadores.

Considerações finais

Pensar e refletir sobre a juventude do campo vinculada ao MST se constitui com uma necessidade, pois são poucas as pesquisas que evidenciam esta temática. Os jovens, assim como os demais trabalhadores do campo vivenciam processos de exclusão, que se refletem na ausência de acesso à educação, saúde, cultura, entre outros. Entendendo a importância da formação e da educação escolarizada, o MST vem buscando por meio de parcerias com universidades públicas e outros movimentos sociais desenvolver ações, projetos que estimulem a juventude a pensar e refletir sobre sua condição de jovem, bem como sua importância na luta e organização dos trabalhadores.

O curso Residência Jovem realizado pela parceria entre UDESC, MST e INCRA, viabilizado pelo PRONERA, permitiu o desenvolvimento de momentos de formação política, cultural e artística, a vivência dos jovens na universidade, troca de experiências entre os jovens, perceber e vivenciar as contradições e limites da vida

nos assentamentos e acampamentos do MST, assim como possibilitou a constituição de coletivos de juventude e o fortalecimento da identidade Sem Terra.

A ausência do Estado na garantia do repasse dos recursos financeiros previstos na aprovação do projeto, interferiram e alteraram a execução das atividades de formação, as ações realizadas pelos jovens nos assentamentos. Tais dificuldades exigiu um amadurecimento dos jovens, que motivados pelas demandas do projeto buscaram junto ao MST e a universidade, garantir a finalização das atividades previstas no curso.

Referências

Abramo, H. W., Branco, P. P. M. (Orgs.) (2005). Apresentação. In _____. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 37-72). São Paulo-Porto Alegre: Fundação Perseu Abramo-Insituto Cidadania.

Brasil (2000). Presidência da República. *Lei nº 10.097*, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF, Sexta-feira, 20 de dezembro de 2013.

Brasil. (2005a). Presidência da República. *Lei nº 11.180*, de 23 de setembro de 2005. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] Brasília, DF, segunda-feira, 26 de setembro de 2005.

Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República. *Lei nº 8069* de 13 de julho de 1990 Brasília, DF.

Castro, E. G. (2012). Juventude do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário de Educação do Campo* (pp. 437-444). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Castro, E. G. (2006). Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate (pp. 35-50). In *VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Equador, Quito*. Recuperado de: http://www.alasru.org/congresso_quito-2006 Acessado em: 10 jun. 2018.

Cherobin, F. F. (2018). Análise da produção acadêmica sobre Política de Educação do Campo. *RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade*, 3(4), 313-33. <https://doi.org/10.29404/rtps-v3i4.3604>

D’agostini, A., & Titton, M. (2018). *Estudo comparativo/correlacional entre Brasil e Espanha sobre juventude, escolarização e desemprego diante da crise estrutural do capital* (Relatório de Pós-Doutorado). Florianópolis. (Mimeografado)

Dayrell, J. (2007). A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil (pp. 1105-1128). *Educação & Sociedade*, 28(100), 1105-1128. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>

Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 40-52. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>

Dos Santos, A. P., et al., (2017). Educação do Campo: Projeto Residência Agrária Formação de Agentes Culturais da Juventude Camponesa. In *Anais do III seminário de educação do campo IFC* (pp. 1- 120). Abelardo Luz, SC.

- Foracchi, M. A. (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- Grosso, L. A. (2004). *Dialéticas das juventudes modernas e contemporâneas*. Revista de Educação do Cogeime.
- Janata, N. E. (2012). *Juventude que ousa lutar!: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Kominkiewicz, V. (2017). *Juventude: formação política e estratégia de luta*. Florianópolis. (Mimeografado)
- Martins, S. A. (2009). *A formação política da juventude do Movimento Sem Terra no estado do Paraná* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2010). *Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade*. 29^a edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MST. (2006). Educação básica de nível médio nas áreas de reforma agrária: textos de estudo. *Boletim da Educação*. Edição Especial, 11, Veranópolis.
- MST. (2017). Educação no MST: Memória documentos 1987-2015. *Caderno de Educação n° 14*. São Paulo: Expressão Popular.
- MST. (2005). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Dossiê MST Escola: documentos e estudos, 1990-2001*. São Paulo: Expressão Popular.
- Nogueira, M. P., et al. (2015). *Projeto Formação de agentes culturais da juventude camponesa*. UDESC. (Mimeografado).
- Prandi, R., & Souza, A. R. (1996). A carismática despolitização da Igreja Católica. In Pierucci, A. F., & Prandi, R. (Orgs.). *A realidade social das religiões no Brasil* (pp. 59-91). São Paulo: Hucitec.
- UDESC. (2016). Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina. *Residência jovem: Formação de agentes culturais da juventude*. Projeto.
- Vieira, E. A. (2018). *Jovens, escolarização e livros didáticos: estudo etnográfico em uma escola de assentamento (SC)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ⁱ As CEBs, pequenas comunidades eclesiais, definidas como um novo jeito de ser Igreja, surgiram em diversos países da América Latina nos anos de 1960, possuem como característica a solidariedade. Procuram estabelecer uma relação forte entre fé e vida, induzindo a organização e participação política. Cf. Prandi & Souza, 1996; Martins, 2009.

ⁱⁱ Estruturas físicas organizadas pelo Próprio MST, geralmente são estruturas da antiga cede da fazenda que foram organizadas, reformadas e adaptas para atender as demandas do Movimento e que se constituíram como locais de referências, onde o MST e outros Movimentos sociais realizam encontros, cursos e/ou etapas de formação.

ⁱⁱⁱ As estruturas dos telecentros foram organizadas e viabilizadas por meio do projeto “olho na terra”, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (UDESC, 2016).

^{iv} Estamos denominando de professores, todas as pessoas que trabalharam durante as etapas de formação, independentemente e ser professor, militante ou pesquisadores.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 10/09/2018
Aprovado em: 10/05/2019
Publicado em: 29/07/2020

Received on September 10th, 2018
Accepted on May 10th, 2019
Published on July, 29th, 2020

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Fabiana Fátima Cherobin

 <http://orcid.org/0000-0001-6016-9826>

Edilaine Aparecida Vieira

 <http://orcid.org/0000-0002-3386-0707>

Vagner Luiz Kominkiewicz

 <http://orcid.org/0000-0002-5818-7184>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Cherobin, F. F., Vieira, E A., & Kominkiewicz, V. L. (2020). Juventude, formação, cultura e política: a experiência do curso de Residência Agrária jovem em Santa Catarina. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e5889. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5889>

ABNT

CHEROBIN, F. F.; VIEIRA, E A.; KOMINKIEWICZ, V. L. Juventude, formação, cultura e política: a experiência do curso de Residência Agrária jovem em Santa Catarina. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e5889, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5889>